Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Educação infantil e arte: sentidos e práticas possíveis. Caderno de Formação: formação de professores educação infantil princípios e fundamentos. Acervo digital Unesp, v. 3, p. 27-39, mar. 2011. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/320> Acesso em: 11 março 2022.

PILLOTTO. Sílvia Sell Duarte; SCHRAMM, Marilene de Lima körting. Reflexões sobre o ensino das artes. Joinville, SC: Ed. UNIVILLE, 2001.

SANS, Paulo de Tarso Cheida. A criança e o artista: Fundamentos para o ensino das artes plásticas. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Ágere).

TAVARES, Helenice Maria. NASCIMENTO, Edna S P.As artes visuais na educação infantil:Possibilidade real de lúdico e desenvolvimento.Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 169-186, 2009.

VITTA, Ericka Corrêa. A arte e o desenvolvimento artístico. 1999. Disponível em <http://ww.am.unisal.br/graduacao/ped/pdf/2007/art_arte_e_o_desenvolvimento_arti stico.pdf>. Acesso em: 11 março 2022.

WROBLESVSKI, Danieli E. F. As tendências pedagógicas no ensino de artes. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3057_1891.pdf>. Acesso em: 11 março 2022

PRÁTICAS DE LEITURA – UM CAMINHO LITERÁRIO PARA O ENSINO DA CULTURA E HISTÓRIA AFRICANA

RENATA CUPERTINO DOS SANTOS DE MORAES

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mostrar que através da leitura e literatura infantil, podemos ensinar a história e cultura africana e afrodescendente na educação básica, desde a sua primeira etapa. Serão abordados o caráter formador da leitura, o foco da literatura infantil no sentido de promover ações afirmativas curriculares que enfatizem a importância da cultura negra para formação da identidade nacional.

Palavras-chave: leitura; formação; cultura africana; literatura infantil.

INTRODUÇÃO

A leitura, através da linguagem verbal e não verbal é um caminho de aquisição de conhecimento, desde que sejam consideradas a compreensão crítica do leitor e seu conhecimento de mundo. Assim sendo, somos parte de uma história e de um mundo estruturados por nossos antepassados, somos pequenas estruturas e histórias que vão se cruzando nos ambientes sociais, incluindo o escolar, originando ideologias diversificadas de crenças, comunicação, cultura, vestimentas, comportamentos e reflexões a cerca de visão de mundo.

É na instituição escolar que devemos propagar a formação leitora e permi-

tir aos estudantes o contato com outras culturas e histórias que formam nosso mundo. Neste contexto, devemos considerar que infelizmente durante muito tempo o currículo escolar não permitiu devida notoriedade à cultura africana e sua importância para criação de uma identidade nacional. Os currículos traziam fatos contados pelos colonizadores e seus descendentes sempre menosprezando a contribuição do povo africano para nossa nação. Para reparar esse erro histórico e reformular a identidade nacional para que os afrodescendentes sintam-se verdadeiramente pertencentes a essa pátria, qual construiu, foi criada a lei 10.639/03 que estabelece diretrizes curriculares para o ensino da cultura afro e também da cultura indígena negligenciadas pela nossa historicidade.

A leitura ganha um papel de destaque na ação formadora do indivíduo, inserindo o mesmo socialmente, podendo se reconhecer agente de transformação social. nesse artigo, veremos como a leitura e os projetos que a cercam podem mudar um contexto histórico e 6 possibilitar novas aprendizagens. Além de reconhecimento cultural, histórico e uma construção identitária.

1 A LEITURA NA FORMAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA

Há muito tempo a educação tem se preocupado em contribuir para a formação de um indivíduo crítico e que atue na transformação da sociedade com responsabilidade. Isso porque vivemos em uma sociedade onde as trocas sociais acontecem por meio da leitura, da escrita, da linguagem oral ou visual.

A leitura, através da linguagem verbal e não verbal é um caminho de aquisição de conhecimento, desde que sejam consideradas a compreensão crítica do leitor e seu conhecimento de mundo. Segundo Freire (1989):

A leitura de mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto.

Ler não é um ato solitário e sim um ato social que permite interação entre leitor, obra, autor e outros leitores, que em um contexto específico compreende a mensagem da leitura conforme seu conhecimento de mundo.

A leitura de modo dialógico influencia o meio social em que o leitor está inserido, trazendo para esse meio suas impressões e conhecimentos adquiridos através da mesma, modificando-o e transformando-o. Neste processo, o meio social em que o leitor convive interage com a leitura, transformando e modificando sua visão crítica da leitura e suas impressões da mesma.

A leitura dos signos não somente se dá com a aquisição da escrita, apesar de que em um percurso histórico, leitura e escrita se interagem devido o processo de ler estar associado à decodificação dos sinais. Devemos nos atentar ao fato de que ler é compreender sinais e símbolos, sendo esse último fator explorado pelo leitor através de imagens e sentidos.

Somos leitores desde que nascemos e o nosso primeiro contato com o mundo se dá por uma ação intermediada pelo o sentido da visão. O bebê não tem conhecimento dos signos da escrita, porém interage com o meio visualizando tudo o que cerca. Depois aprende a usar seu olfato para diferenciar cheiros e a audição para as vozes. Depois ao engatinhar, faz reconhecimento com o tato. Essa leitura é sensorial e está presente no percurso de aquisição de conhecimento da criança pequena. Com o crescimento natural desenvolvemos a leitura emocional decifrando gestos, expressões faciais e outros sinais que o corpo humano transmite.

Após adquirimos habilidade de decifrar os signos, juntamos a sua leitura, a sensorial e emocional, criando uma leitura racional e inteligente reorganizando e resignificando o que foi lido, de forma reflexiva e crítica. A interação das formas de leitura é o que possibilita uma melhor compreensão do mundo e da sociedade em que vivemos.

A leitura é, portanto um processo de aprendizado natural inerente ao ser, desenvolvido com nosso sistema de linguagem, seja ela, verbal, gestual, oral ou visual. Esse processo produz novos conhecimentos que vão se organizando ao longo de nossa vivência de forma complexa, envolvendo questionamentos, contradições, reflexões, certeza e incertezas, problemas e soluções, referentes ao mundo em que vivemos.

A linguagem é um meio de consciência e pensamento, além de ser instrumento de comunicação entre a sociedade humana, caracterizando parte da formação integral do indivíduo o aprendizado da leitura. A produção da linguagem proporciona organização social e cultural, promove interação entre ambiente e sociedade, socializa conhecimentos, expõe ideias e ideologias, constrói e modifica visões de mundo e transmitem informações necessárias, aumentando a capacidade de argumentar do homem, algo imprescindível ao ser humano, segundo Antônio Suarez.

Ler propicia maior compreensão de nossas próprias experiências, compreensão histórica, aquisição cultural, criticidade, reportório vocabular e interação social. Ângela Kleiman, confirma os benefícios da leitura, conceituando – os: “ler é construir significados, e quanto mais lemos, maior rede de sentidos podemos tecer. Ler é dialogar com o autor, com seu contexto histórico social e cultural, é preencher os vazios de modo impar utilizando seus conhecimentos prévios”. (KLEIMAN, 1989:13).

Assim sendo, considerando que somos parte de uma história e de um mundo estruturados por nossos antepassados, somos pequenas estruturas e histórias que vão se cruzando nos ambientes sociais, incluindo o escolar, originando ideologias diversificadas de crenças, comunicação, cultura, vestimentas, comportamentos e reflexões a cerca de visão de mundo.

Neste aspecto, percebemos que as crianças, como seres sociais totalmente inseridos na sociedade e construtores do seu próprio saber, também trazem para a sala de aula suas pequenas estruturas e histórias, buscando serem cidadãos deste universo social, adquirindo novos conhecimentos através da leitura. E assim, conhe-

cer outros mundos, outros autores, outros atores, outras histórias que vão transformá-las em homens e mulheres melhores e transformadoras da sociedade em um futuro próximo.

2 A LEI 10639/03 – uma correção social

Durante muito tempo o currículo escolar não deu devida notoriedade à cultura africana e sua importância para criação de uma identidade nacional. Os currículos traziam fatos contados pelos colonizadores e seus descendentes sempre menosprezando a contribuição do povo africano para nossa nação. Dessa maneira a cultura afro-brasileira sofreu inúmeras repreensões pelos colonizadores, sendo criminalizada, pois a cultura africana não era aceita devido a um olhar eurocêntrico, onde só a religião e a cultura europeia tinha significado e relevância. A religiosidade negra foi cultuada por meio de sincretismo religioso, a cultura foi transmitida oralmente e a dança entre outros elementos serviam como uma espécie de resistência a um povo que foi escravizado e seu continente devastado devido à "partilha da África", durante o período denominado como Imperialismo ou Neocolonialismo do século XIX.

Para reparar esse erro histórico e reformular a identidade nacional para que os afrodescendentes sintam-se verdadeiramente pertencentes a essa pátria , a qual construiu , foi criada a lei 10.639/03 que estabelece diretrizes curriculares para o ensino da cultura afro e também da cultura indígena negligenciadas pela nossa historicidade.

A Lei 10.639/03, segundo Faustino (2007):

> Estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História Cultura Afro – Brasileira na Educação Básica;
>
> Amplia o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira;

Essa lei é apenas um dos exemplos das Ações Afirmativas possíveis: um conjunto de políticas públicas que não visam substituir a visão eurocêntrica pela a africana, mas sim gerar justiça e valorizar as diferenças para produzir igualdade.

A aprovação dessa lei ocorre após várias lutas do Movimento Negro Brasileiro e aponta para uma relação nova entre Estado, movimentos sociais e educação, visando à disseminação do estudo da história da África e dos africanos, da luta das pessoas negras no Brasil e da sua presença na formação da nação brasileira.

A proposta da lei e do parecer do Conselho Nacional de Educação, é que o educador trabalhe no ambiente escolar os conceitos de maneira abrangente com interdisciplinaridade sem perder a dimensão histórica e da contribuição desses vários povos para sermos o que somos hoje como nação e cidadãos brasileiros, explicando nossos padrões de condutas e ampliando a busca pela erradicação do preconceito racial, social e econômico a quais estamos sujeitos, ainda que velado.

Assim, a inserção e valorização do negro é algo muito recente no Brasil e as questões existentes de racismo, nada mais é que uma herança de um sistema escravocrata e excludente, que prejudica uma grande parcela da população de seus

direitos constitucionais.

Acima de tudo, a implantação desta lei no cenário educativo brasileiro está intimamente ligada à formação de identidade dos alunos, para que estes possam sentir-se de fato agentes históricos e sociais, elemento muito importante durante todas as etapas da educação básica.

Pois, se levarmos em consideração o currículo educacional, haverá a constatação de que sempre desconsiderou uma abrangência da diversidade cultural e social, pois sempre esteve preocupado em transmitir uma imagem eurocêntrica, de acordo com Gonçalves e Silva (2007), sempre enalteceu a cultura do branco, do sexo masculino e cristão, estes aspectos não sofreram inferioridade dentro da instituição escolar, pois qualquer personagem, por exemplo, que se encontra em cartazes ou mural terá uma quantidade expressiva de modelos europeus, e os livros didáticos carregavam o desprezo e a construção de uma inferioridade.

A Lei nº 10.639/03 amplia as possibilidades de ensino aprendizagem, que clama da comunidade escolar uma reeducação sobre as relações étnicos – raciais, de gênero e de sexualidade, em um panorama democrático e cidadão. O Parecer nº 003/2004 ressalta que "para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer a mentalidade racista e discriminatória secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, permitindo a desalienação dos processos pedagógicos".

Portanto, é a escola, instituição que contribui com a formação dos cidadãos, que deve assegurar o direito à educação de todos os brasileiros e ao mesmo tempo se aliar a luta contra o preconceito, contra a exclusão e contra todo tipo de discriminação. É de suma importância que o sistema educacional compreenda que a inclusão no currículo escolar dos temas relacionados a historicidade e a cultura afro- brasileiras e africanas é reconhecida por todos os brasileiros que possuem interesse na construção de uma sociedade que respeite seu perfil pluriétnico e multicultural.

A proposta da referida Lei é diversificar os currículos educacionais, no sentido de ensinar a história e a cultura dos vários povos que fizeram e fazem parte da construção desse imenso país, permitindo que todos se percebam agentes sociais transformadores e capazes de criar uma sociedade justa e igualitária. Assim, a escola deve contemplar o estudo histórico dos povos africanos, indígenas, asiáticos e europeus.

2. 1 A Educação Infantil e o ensino da cultura africana

Vimos anteriormente que a formação do sujeito leitor é uma grande preocupação educacional, tarefa essa árdua, mas possível e imprescindível na contribuição formativa de um ser humano pleno de direitos e cientes de seus deveres. Percebemos também que a literatura é um instrumento eficaz nessa tarefa de forma leitores competentes e críticos.

Ainda se verificou a importância de contar histórias para as crianças mesmo que na tenra idade, estimulando seu entusiasmo pela oralidade primeiramente e

após pela leitura.

A criança é um agente social, sujeito de direitos e um deles é o direito á educação, respaldado pelo Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, e deve ser oferecido pelo Estado.

A E.I tem a prerrogativa de oferecer experiências qualitativas e significativas para bebês de crianças, considerando suas especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas embasadas nos seguintes princípios, retratados no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, RCNEI:

1 O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;

2 O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;

3 O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, a comunicação, à interação, ao pensamento, à ética e a estética;

4 A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma.

5 o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Dessa maneira os educadores podem utilizar a leitura de contos africanos para

promover o conhecimento da cultura africana, seus princípios, sua riqueza e sua contribuição para nossa nação, permitindo o contato com autores africanos de expressão portuguesa, e mediar diálogos entre a literatura brasileira e outras literaturas, outras culturas, promovendo a quebra de preconceitos e paradigmas. Transpondo barreiras geográficas e linguistas e possibilitando uma identificação histórica. Moisés ainda afirma, que “O ensino da literatura, de qualquer nacionalidade, não é elitista, mas democratizante”, (2006, p.28). Como um instrumento de conhecimento e de autoconhecimento a ficção “liberta o leitor do seu contexto estreito desenvolvendo nele a capacidade de imaginar, que é um motor de transformação histórica”, conclui a crítica (2006, p.29). Por tudo isso é que o trabalho com as literaturas africanas no ensino básico deve ser promovido.

3 CONHECENDO A CULTURA AFRICANA ATRAVÉS DOS SEUS CONTOS

A formação de leitores implica em buscar os leitores que fomos e que somos, para que possamos entender o processo implícito na mediação da leitura. Muitas vezes mediar uma ação leitora não é uma tarefa fácil e ainda se complica um pouco mais quando temos que lidar com as crianças pequenas que não estão inseridas no mundo letrado. Elas ainda não escrevem e não leem, mas são grandes ouvintes e praticam a escutatória com maestria, ainda estão no caminho de aquisição da oralidade, a qual a leitura incentiva.

A literatura é um meio democrático que possibilita muitas aprendizagens

e não exclui nenhum individuo. Candido (1995) nos lembra que a literatura é um direito de todo ser humano. Para ele os direitos humanos referem-se às coisas que são tão indispensáveis para nós quanto para o próximo. Considera ainda que a literatura seja fator indispensável de humanização, por isso acrescenta: Entendo aqui por humanização o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso de beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós uma quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (CANDIDO, 1995, p. 249).

Nessa perspectiva percebe-se a importância da literatura infantil incluir variedades de gêneros textuais, adaptáveis a faixa etária e compreensão cognitiva da criança a qual se destina a leitura. E por que não, aproximar nossa história com a nossa ancestralidade e permitir que cada criança se identifique através dos personagens dos livros.

Sabemos que é por meio da tradição oral que culturas foram propagadas, vivenciadas e experimentadas e não diferentemente a tradição africana foi preservada. Sendo uma nação originalmente ágrafa, a oralidade fez presente durante muitos anos perpetuando sua cultura e sua historicidade.

De modo geral, as histórias orais revelam a expressão cultural daquele povo; a sobrevivência das tradições desaparecidas, a sabedoria antiga, o reflexo da sociedade tradicional, sua maneira de ensinar e transmitir valores ao grupo (etnologia); maneiras de expressar os problemas. É preciso lembrar que essas histórias narradas oralmente têm elementos (textuais e corporais) que apontam para a noção de espetacularidade.

"Na África, cada velho que morre é uma biblioteca que se queima", dizia Amadou Hampâté Bâ (1901-1990), historiador e etnólogo referência em tradição oral do Mali e para seu povo, os Fula (nação de pastores nômades que conduziu seus rebanhos através de toda a África savânica ao sul do Saara, entre os oceanos Atlântico e Índico durante milênios). Para os africanos a escrita não está diretamente relacionada ao saber. A palavra falada diz, sim, muito mais de um homem do que aquilo que ele escreve. "A escrita é uma coisa e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas ela não é o próprio saber. O saber é uma luz que está no homem. É a herança de tudo o que os ancestrais puderam conhecer e nos transmitiram em germe, assim como o baobá está potencialmente contido em sua semente", dizia Bokar (lider espiritual de Amadou Hampâté Bâ).

Para que a criança tenha o conhecimento cultural instigado e seu repertório ampliado e visando a aplicação da Lei 10.639/03, se faz necessário a mobilização da comunidade escolar em busca de promover visibilidade as obras literárias que versam sobre os temas afrodescendentes, com autores e personagens negros, através de leitura de textos de que trazem aspectos da história africana e sua impor-

tância para formação da nossa nação.

Para tornar mais prazerosa a abordagem de obras literárias infantis com a temática africana, deve-se trabalhar os contos, por serem de uma leitura de curta duração e fácil assimilação pelos pequenos por seu caráter imaginário e fantasioso. Sobre isso, (SOUZA, 2012. P.19):

A partir do momento em que as crianças ouvem as histórias contadas torna se possível s introdução de elementos da História Africana e Afrobrasileira no imaginário infantil, abrindo à fantasia dos jovens leitores a personagens e situações vividas por eles. Por isso, é de grande relevância realizar rodas de leituras com os contos africanos para que os alunos percebam a importância dessas histórias e a variedades de livros com essa temática.

Há uma diversidade de títulos que retratam a tradição africana que irá proporcionar ações pedagógicas com o objetivo de aniquilar a imagem negativa da África, vista apenas através de questões de pobreza, fome, cultura, religião, acabando com preconceitos discriminatórios a cerca da falta de conhecimento.

A partir do momento em que as crianças ouvem as histórias contadas torna se possível a introdução de elementos da história africana e afro brasileira no imaginário infantil, abrindo à fantasia dos jovens leitores a personagens e situações vividas por eles. A contação de histórias é uma das ações que possibilita a criança ser inserida no universo cultural africano.

Além da contação de histórias , outras ações podem ser desenvolvidas como leituras em sala de aula com temática africana, através de roda de leitura, recontos teatrais, contos com fantoches e outros recursos, as histórias e os contos vão permeando o imaginário infantil, provocando indagações, reconhecimentos, pertencimentos e identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Formar um leitor não é uma tarefa fácil, mas não é impossível. Ser mediador da leitura e proporcionar um aprendizado através da mesma é um pressuposto do educador. Ainda é na instituição escolar que a práticas leitoras se propagam e promovem uma formação integral para o exercício da cidadania.

Ler propicia maior compreensão de nossas próprias experiências, compreensão histórica, aquisição cultural, criticidade, reportório vocabular e interação social.

Ler não é um ato solitário, e sim ato dialógico onde o leitor interage com o texto e o texto com ele, trazendo informações e conhecimentos que irão modificar seu saber em relação ao mundo e modificar suas impressões sobre culturas, povos e história e ainda promover ações transformadoras na sociedade. Portanto a leitura é um instrumento importante na construção do conhecimento.

A leitura é realizada de várias maneiras desde a tenra idade, pois leitura de mundo precede a leitura da palavra (Freire), e é pelos sentidos que realizamos essa leitura e ela influenciara nosso crescimento como ser humano e nossas propostas para sociedade.

Nesse contexto, podemos afirmar que aprendemos muito através da leitura

e que podemos conhecer o mundo pelas páginas de um livro. E porque não utilizar esse instrumento para ensinar história, a nossa história.

O povo brasileiro foi formado pela miscigenação entre diversos povos, mas apenas o povo europeu obteve o privilégio de estar registrado nos fatos históricos. Essa visão eurocêntrica desconsiderou e marginalizou a contribuição dos povos africanos, indígenas e outros, que estiveram presente na formação da nação. Numa tentativa de reparação em 2003 foi criada uma lei que obriga o ensino da cultura e histórias desses povos antes renegados

Então, juntando os benefícios da leitura e a necessidade do ensino da cultura africana, os educadores devem inserir em suas práticas educativas ações que permitam a leitura ou contação de histórias com temas, autores e contos africanos.

Promovendo conhecimento da cultura e história africana, iniciando na etapa da educação infantil, possibilitando a interação com a leitura, reconhecimento, sentimento de pertencimento e identidade. A fim de combater a discriminação social, racial, de gênero e religioso.

Ainda há muito que fazer no sentido de recuperar a historicidade africana e afrodescendente e valorizar sua cultura. Porém, encontramos um caminho instigante, democrático, acessível, fascinante e belo: A leitura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, Ministério da Educação, v. 1, 2, 3, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e

Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

CASCUDO, SOUZA, Solange Gibin Roeles De. Ensino da História e Cultura Afrobrasileira e Africana Através de Contos Africanos. 2012. 53f. Trabalho de pós-graduação (Especialização em Educação) -UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, UTFPR, Medianeira, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual, mas irredutível. IN Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.pp.97-119. ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FREIRE, Paulo, Educação e mudança, tradução de Noacir Gadatti e Lílian Lopes Martin-RJ:Paz e Terra, 1982(coleção Educação e mudança, v.I)

FREIRE, Paulo e Beto, Frei.Essa escola chamada vida: depoimentos do repórter Ricardo Katscha.São Paulo, Ática 1996.

KLEIMAN, Ângela. Texto e leitor. Aspectos cognitivos da leitura. Campinas, Pontes,1989.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997. LAPLANTINE, François, TRINDADE, Liana. O que é imaginário. São Paulo: Brasiliense, 1997.